

ENTREVISTA COM RONALDO LIMA ARAÚJO

“... O PROFESSOR FAZ PARTE DA SOLUÇÃO E NÃO DO PROBLEMA DA EDUCAÇÃO BÁSICA”

Por Revista Terceira Margem Amazônia:
Ocimar Marcelo Souza de Carvalho,
Roberto Araújo Martins

O professor RONALDO MARCOS DE LIMA ARAUJO é pesquisador produtividade do CNPq. Pedagogo, especialista em docência do ensino superior pela UFPA, Mestre em História e Filosofia da Educação pela PUC-SP, Doutor em Educação pela UFMG, com Pós-Doutoramento no PPFH-UERJ. Atualmente é Professor Associado do Instituto de Ciências da Educação da UFPA atuando como professor da graduação e da pós-graduação mestrado e doutorado. Na UFPA coordena o GEPTE - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação. Mantém produção bibliográfica regular focando principalmente na área de Trabalho e Educação e, em particular, no ensino médio e na educação profissional. Tem experiência de orientação de dissertações/teses de mestrado e doutorado, trabalhos de Iniciação Científica, Trabalhos de Conclusão de Curso e monografias de cursos de especialização. Coordenou vários projetos de pesquisa com financiamento externo. Atualmente coordena o Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica. Foi Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA em três gestões, vice-coordenador do Fórum Nacional de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação, Coordenador do GT de Trabalho e Educação da ANPED, Diretor de Qualificação da Escola de Governo do Pará, Diretor de Ensino Médio e Educação Profissional da Secretaria de Educação do Pará, membro do Conselho Estadual de Educação e membro da Comissão da Área de Educação junto a CAPES. É associado da ANPED, da ANPAE e da SBPC.

RTMA - Como o senhor avalia a educação básica oferecida na rede pública no Estado do Pará? Comente os resultados do IDEB 2015.

Ronaldo Lima Araújo: A educação básica paraense é um grande problema para o nosso estado pois nossas crianças e jovens vão para a escola (quando vão) mas não aprendem, não desenvolvem as capacidades que deveriam desenvolver, têm dificuldades para escrever o que pensam, para interpretar o que leem, não desenvolvem o raciocínio lógico, revelam dificuldades de se situar em contexto histórico-social bem como para a entender os fenômenos físicos e naturais, ou seja, a escola básica paraense não consegue cumprir a sua função social de desenvolver as capacidades que favoreçam uma inserção social adulta autônoma para a nossa população. Não só o IDEB, mas todos os indicadores educacionais revelam isso, revelam um quadro vergonhoso o qual deveria mobilizar toda a sociedade paraense para a sua modificação. Não gosto de tomar o IDEB como grande referência da educação básica pois ele considera apenas algumas dimensões da educação escolar e quando faz isso acaba por regular a escola básica e orientando-a a desenvolver apenas as capacidades de numerização e letramento, particularmente, em detrimento de muitas outras necessárias de serem desenvolvidas.

RTMA – A que aspectos você atribui os problemas da educação no Estado?

RLA: A educação nunca apresenta uma única causa para explicar os seus problemas ou avanços, mas a grave situação da educação básica no estado apresenta uma grande causa, em particular, a atuação do governo do estado na sua estruturação. O Governo do Pará não consegue solucionar problemas antigos da educação básica estadual, as nossas escolas sofrem com um quadro geral de precariedade, as vezes sem teto, paredes ruindo, faltando energia, água encanada, banheiro, carteiras etc, ou seja, o estado não oferece as condições infraestruturas mínimas para a oferta da educação básica. Além disso, do ponto de vista organizacional a SEDUC mantém uma estrutura centralizada e burocrática que faz com que o enfrentamento de situação simples se perca no tempo e na burocracia. Falta agilidade, transparência,

democracia e autonomia. Considere-se também que a SEDUC não apresenta e nem discute com a sociedade um projeto de ensino que oriente as ações dos profissionais da educação, ou seja, a SEDUC não tem um “projeto pedagógico” claro, democraticamente discutido com a sociedade, isso impede que professores e demais profissionais da educação façam convergir seus esforços em torno de metas e estratégias comuns. Na verdade a SEDUC e o Governo do Estado, nos últimos anos, têm tratado os professores e estudantes como parte do problema da educação do estado, quando eles são parte da solução. Costumo dizer que nada justifica termos uma educação básica tão ruim, bem como outros indicadores sociais, a não ser o descaso estatal e das elites dirigentes do estado, que mantém um modelo de desenvolvimento predatório e entreguista.

RTMA – Como aproximar as pesquisas desenvolvidas nas universidades da rede pública de ensino?

RLA: De fato este é outro desafio a ser enfrentado, aproximar a academia das redes públicas, em todas as áreas do conhecimento. Quando estive trabalhando na SEDUC nos anos de 2008 e 2009, como Diretor de Ensino Médio e Educação Profissional, pude perceber que os profissionais da educação básica veem os pesquisadores como elitistas (e muitas das vezes são) e capazes apenas de fazer críticas, como professor da Universidade Federal do Pará percebe em muitos colegas um preconceito com os profissionais da educação básica, são dois tipos diferentes de preconceitos que precisam ser superados. A escola básica paraense, assim como de todo o Brasil, precisa ter nas universidades, públicas principalmente, um parceiro capaz de refletir sobre a sua realidade. Demos um grande passo na UFPA quando criamos o PPEB, Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, oferecendo inicialmente o curso de mestrado. Isso deve favorecer essa maior aproximação com os protagonistas da educação básica, professores e estudantes. Mas para que essa aproximação seja mais efetiva, é necessário que o estado e as uni-

versidade fomentem essa aproximação, favorecendo o estreitamento do diálogo entre estes dois níveis de ensino no Pará.

RTMA – Qual a relevância e a inovação do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica?

RLA: Como afirmamos antes, o Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica é uma conquista não apenas da Universidade Federal do Pará, mas de toda a sociedade paraense pois reúne um grupo de pesquisadores que se comprometem a desenvolver suas pesquisas e suas ações de ensino visando o fortalecimento da educação básica paraense. Desenvolver pesquisas sobre a realidade da educação básica regional e formar profissionais da educação em nível de graduação e pós-graduação deve favorecer o fortalecimento de nossa escola básica, mas, mais do que isso, queremos que este programa se consolide como um NÚCELO articular das diferentes instâncias governamentais em torno do objetivo de fortalecimento da educação básica do Pará e da Amazônia. Mas para isso será necessário que ele de fortaleça institucionalmente e se consolide como unidade autônoma dentro da Universidade para que possa ter mais autonomia.

RTMA – Em que o mestrado em Currículo e Gestão da Escola Básica se diferencia de outros programas de pós-graduação existentes no Pará?

RLA: O nosso Programa nasce comprometido em aproximar mais a pesquisa da realidade regional. Queremos que os estudos feitos em nosso programa impactem mais rapidamente na realidade da educação regional. Sem abrirmos mão do rigor acadêmico, nos comprometemos a buscar aproximar mais pesquisa, ensino e extensão. Este Programa se alimenta dos problemas reais da educação básica regional, quer fomentar estudos sobre essa realidade e formar pesquisadores que pensem essa realidade. Como consta em nosso projeto pedagógico, queremos formar o “pesquisador da educação básica, o “professor do ensino superior

pesquisador da educação básica” e o “profissional da educação básica pesquisador”.

RTMA – Por que não pensar em programas de mestrado profissional para a área da educação básica, focando em metodologias de ensino?

RLA: Não vejo nenhum problema nisso, pelo contrário. O mestrado profissional, assim como as especializações podem e devem ser utilizadas para fazer a formação dos profissionais da educação do Estado, isso deve ser feito. Infelizmente os cursos de especialização foram desqualificados em função da falta de regulamentações e controle em nosso País. O nosso Programa está propondo para as instâncias superiores da UFPA a criação de um Núcleo de Educação Básica, uma unidade acadêmica com fins exclusivos para pensar e formar para a educação básica, e esta nova unidade se compromete com isso, com mestrados profissionais e com a oferta de cursos de especializações para formar os profissionais da educação em suas diferentes demandas específicas.

RTMA – Qual a perspectiva de ampliar o Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica? Quando iniciará o doutorado?

RLA: A nossa expectativa é de encaminharmos para a CAPES (Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), órgão que avalia e aprova novos programas, a nossa proposta de mestrado no ano de 2017 para que possamos começar a ofertar em 2018, para isso estamos trabalhando muito e precisamos muito do apoio de toda a comunidade educacional do estado, revelando tratar-se de uma demanda da sociedade e não apenas de um grupo de professores. Com o doutorado aprovado completamos um ciclo de formação já que a função do doutorado é consolidar a formação do pesquisador.

RTMA – É possível melhorar a educação sem considerar o tripé formação, valorização e condições de trabalho?

RLA: De forma alguma. Defendo que formação profissional e condições de trabalho fazem parte das estratégias de valorização profissional pois valorizar o profissional da educação é assegurar-lhe condições de formação inicial e continuada, é assegurar-lhe condições adequadas para o seu trabalho considerando os tempos de aula, de preparação de aula e de descanso, bem como salários que lhe permita uma vida digna e respeito profissional. Isso é algo pouco discutido, o professor precisa ser mais respeitado, isso significa que ele precisa ser ouvido e que ele não deve ser achincalhado pelos governantes de plantão ou pelos gestores dos sistemas de ensino. Repito o que já disse antes, professor faz parte da solução e não do problema da educação básica. Se o estado não conseguir mobilizar, conversar e convencer o professor nenhuma solução pensada para a educação pública terá chances de êxito.

RTMA – É possível falar em gestão por resultados em escolas públicas?

RLA: Por traz desse discurso de “gestão por resultados” está uma lógica de gestão, inspirada na empresa japonesa, que quer impor à educação pública uma forma de gestão própria das empresas privadas. Mas querem nos fazer esquecer os proponentes desta que a educação pública é regida por outra lógica, a escola pública não foi feita para dar lucros, ela tem a função de promover e desenvolver capacidades humanas. A “gestão por resultados” promove a competição interescolar e interindivíduos, distinguindo, portanto, os “mais capazes” dos “incapazes”, ou melhor, os “competentes” dos “não competentes”, dessa forma ela não se compromete com a qualificação de toda a rede de escolas, mas justifica e cristaliza as diferenças. Junto com essa lógica há a “premiação” aos mais capazes e, conseqüentemente, a “punição aos incapazes”. Isso não serve para a gestão da escola públi-

ca, esta lógica, assim como o discurso da meritocracia, é incapaz de promover a escola pública, aliás, ela não quer isso, ela é capaz somente de justificar as diferenças responsabilizando gestores e demais profissionais da educação pelos resultados ruins que as escolas porventura tenham.

RTMA – A afirmação de que “o Estado do Pará paga o quinto melhor salário do País e recebe um dos piores IDEB” pode ser considerada? Pode existir essa correlação (salário x Qualidade do ensino) na educação básica?

RLA: Essa é mais uma das mentiras divulgadas pela SEDUC que tenta responsabilizar os professores pelos problemas da educa estadual. O estado tem dificuldades de pagar o piso salarial dos professores e de oferecer condições adequadas de trabalho e isso ele omite. Ou o estado muda a sua postura em relação aos professores do estado, chamando para o diálogo sincero e fraterno, ou ele não conseguirá efetivar nenhuma mudança significativa, para melhor, na educação estadual. A SEDUC escolheu como interlocutores grandes empresas, ela divulga a ideia de que instituições privadas (movidas pela necessidade de lucro) ajam filantropicamente em favor da educação básica paraense. Acho que um problema está aí, ao invés de conversar com professores a SEDUC escolher conversar com empresas, que cobram caro pela conversa e mais ainda pelo trabalho.

RTMA – O IDEB 2015, nos 4º/5º anos do Ensino Fundamental, parece evidenciar resultados positivos, de algumas políticas públicas do Governo Federal, como o PNAIC e PARFOR, porém, o índice do Ensino Médio não melhorou, demonstra certa estagnação. Por que o Pacto pelo Ensino Médio (PNEM) não atingiu seus objetivos no Brasil e no Pará?

RLA: O Pacto pelo ensino médio no Pará apenas iniciou, foi executado apenas em sua primeira fase, não tendo prosseguimento em função de problemas burocráticos da relação MEC-UFPA-SEDUC, portanto, ele não pode ser avaliado. De qual-

quer modo, estes são mais alguns indicadores de que o ensino médio paraense constitui-se como um dos gargalos da educação estadual. Apresenta indicadores péssimos de cobertura e de rendimento. Cerca de 100 mil jovens de 15 a 17 anos fora da escola, cerca de 50% de defasagem idade-série, taxas de reprovação e abandono que, somadas, revelam que 1/3 de nossos alunos matriculados não têm o aproveitamento mínimo, ou seja, dados terríveis que revelam que nossa juventude está ameaçada em seu futuro e que já têm seu presente prejudicado. Isso revela o cuidado especial que o estado deveria ter com o ensino médio, mas nada parece indicar que a situação vá melhorar, infelizmente.

RTMA – O Sr. foi diretor do Ensino Médio da Secretaria de Estado de Educação do Pará, em que medida esta experiência aparece em suas pesquisas e no Programa Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica?

RLA: Esta foi uma experiência que está impregnada em mim. Passei a olhar de modo diferente para a educação básica, passei a respeitar mais os diferentes profissionais da educação. Na SEDUC vi que tem muita gente fazendo coisas boas nas escolas e na gestão da rede, que os profissionais da educação têm muitas propostas e soluções (mas quase nunca são ouvidos), que há gente que não desiste apesar da burocracia da SEDUC. As vezes fica claro que a SEDUC mais atrapalha que ajuda. Tem professor que segura sozinho grupo de teatro, grupo folclórico, equipe de esporte, grupo de estudo, clube de ciência, sem nenhum apoio. Há equipes na SEDUC que fazem de tudo para manter seus projetos e programas, assim como há professor que enfrenta todo tipo de adversidade para finalizar seu plano de curso, para fazer com que seu aluno aprenda, enfim, aprendi a respeitar mais o profissional da educação que está fazendo a educação básica. Há sim profissionais que já desistiram de enfrentar as adversidades, até porque “desistir” pode parecer para eles que é uma forma de protesto, mas prefiro pensar naquele professor que quer fazer o seu melhor e enfrenta as adversidades e este, além de contribuir

decisivamente para a educação estadual, mantêm mais íntegra a sua humanidade.

RTMA – Faça uma breve avaliação dos fluxos de informações entre as URE e USE nos processos de gestão durante sua experiência na SEDUC. Falta profissionalização da gestão? Falta comprometimento? Falta conhecimento?

RLA: Acho que falta democracia e descentralização. A SEDUC apesar de se organizar em UREs e USEs mantém estas sob tutela da administração central. As unidades precisam ter autonomia plena, administrativa e financeira, para poder gerir a educação em seu âmbito de responsabilidade, assim se evita o que ocorre atualmente. Cada problema de lotação ou de pagamento, por exemplo, requer a intervenção da administração central. O “SEDUCÃO” deveria se concentrar em gerenciar a política de educação. Mas descentralizar recursos mexeria nas esferas de poder repartido dentro da SEDUC, o que mexe em diferentes interesses, e precisa de coragem e vontade política para fazê-lo.

RTMA – O Ensino Médio está em crise? Falta identidade ao Ensino Médio? O currículo está adequado?

RLA: O ensino médio tem a sua identidade marcada no Brasil pela dualidade e pelas desigualdades, por isso não gosto de falar de “perda de identidade”. É nessa etapa da educação básica que se evidenciam as diferenças sociais. Se no ensino fundamental fica menos aparente as diferenças sociais (parece que todas as crianças aprendem as mesmas coisas), no ensino médio elas se revelam de modo mais aparente. Fica claro que os pobres aprendem menos, que a eles é destinado uma educação que lhe permite apenas o ingresso em atividades de trabalho simples e lhes é dificultado o acesso ao ensino superior. Por outro lado, fica claro que os filhos das classes médias e das elites têm uma formação mais inteira, uma escola que prepara para o ingresso nas universidades e para o exercício de atividades profissionais mais nobres. Quan-

to mais pobre piores são as experiências educacionais e quanto mais rico mais diversificadas são as experiências escolares. Essa é a identidade do ensino médio. E a causa dessa desigualdade não está na escola, por isso que o problema não é curricular, mas na estrutura social. Por isso é necessário defender uma escola inteira a todos os jovens, que garanta um ensino médio mais rico aos nossos jovens de origem trabalhadora, com garantia de acesso à cultura, à ciência, aos desportos e à formação que favoreça o ingresso autônomo no mercado de trabalho mas também o prosseguimento nos estudos. Essa é a forma possível de enfrentamento das desigualdades existentes

RTMA – Em setembro o Governo Federal publicou a Medida Provisória 746, reformulando o Ensino Médio. As mudanças propostas lhe agradaram?

RLA: Esta reforma é um grande retrocesso à educação básica nacional. A MP 746 reformula a LDB e a lei do FUNDEP e seu objetivo é reduzir o conceito de escola básica e de escola pública e desprofissionalizar a profissão docente. A reforma, na prática, reduz a educação básica pois o ensino médio comum é apenas o primeiro ano, o segundo ano e o terceiro será organizado conforme 5 “itinerários formativos” diferentes, sob o discurso de flexibilização eles reduziram a educação básica. Usam também o discurso da democracia mas omitem o fato de que esses “itinerários” não serão escolhidos pelos alunos mas pelas redes de ensino, ou seja, a tendência é de que ocorra o aumento das desigualdades educacionais para as quais chamamos atenção antes. Escolas mais precárias, com menos disciplinas, para os mais pobres e nas localidades mais distantes. A reforma também deixa como obrigatórias apenas as disciplinas de português, matemática e inglês, desobrigando todas as demais, por isso o maior perigo é de se produzir uma minimização da escola básica, principalmente daquelas que trabalham em comunidades mais carentes e com maior dificuldade de garantia de professores para todas as disciplinas. Um dos objetivos da reforma é atender

a uma demanda das secretarias de educação que sofrem com a falta de professores, para isso, a partir de agora, amparadas nessa nova Lei, as redes podem eliminar disciplinas (importantes para a formação intelectual de nossos jovens, necessárias para o desenvolvimento do pensamento crítico e científico) ou contratar professores não licenciados para assumirem as mesmas, ou seja, descomprometendo com a oferta de um currículo amplo e com a existência de professores qualificados.

RTMA – Quais os pontos mais preocupantes da MP 746?

RTMA – O ensino profissionalizante é a saída para reestruturação do Ensino Médio? Ou são coisas distintas e devem ser ofertados separadamente?

RLA: Educação profissional não é saída, é uma necessidade já que muitos de nossos jovens precisam trabalhar a partir dos 14, 15 anos. Por isso o ensino técnico é uma necessidade, mas desde que ele se articule aos processos de escolarização e garantia, além da formação técnica, uma formação geral que desenvolva os jovens em todas as suas dimensões, preparando-os para a vida adulta em sua inteireza, promovendo capacidades de trabalho mas também assegurando condições para a continuidade dos estudos. Por isso muito intelectuais brasileiros defendem o chamado ensino médio integrado, que é um projeto de formação inteira e que se compromete com uma escola organizada em torno dos eixos do TRABALHO, da CIÊNCIA, da CULTURA e dos DESPORTOS, o que permitira uma formação de amplas capacidades humanas.

RTMA – Qual sua opinião/avaliação sobre a elaboração da BNCC - Base Nacional Comum Curricular? É válido um currículo mínimo?

RLA: Acho necessária uma base nacional comum, que assegure a todos os estudantes da educação básica brasileira o aces-

so a uma base conhecimentos comuns a todos, a partir da qual cada escola, considerando os seus projetos pedagógicos, possam imprimir a sua identidade, a sua marca em função de suas especificidades regionais, culturais etc. Negar isso em nome da diversidade é estimular a desigualdade, ainda mais em um país como o nosso, marcado por contradições históricas, por uma histórica negação de direitos e serviços aos mais pobres. Falo isso tendo como referência a proposta gramsciana de Escola Unitária, capaz de formar a todos com capacidades de trabalho mas também com capacidade para dirigir a sociedade.

RTMA – O projeto Escola sem Partido é exequível? É possível ensinar sem polêmicas ou conflitos, existe professor neutro?

RLA: O projeto de Escola Sem Partido é uma grande mentira, é uma ideologia que se fazer valer como verdade. Quando se defende uma “escola sem partido” no fundo se fala em escola a-crítica, sem resistência, de professores e estudantes incapazes de lutar por seus direitos, neutra, como se fosse possível. Na verdade se quer com essa ideologia amordaçar os professores para que eles se submetam aos novos manuais formativos desenvolvidos nas empresas educacionais mas que só funcionam se os professores não problematizarem, não discutirem, ou seja, não refletirem com seus estudantes. Veja o Projeto Mundial, da Fundação Roberto Marinho, comprado pela SEDUC, ele tem seus manuais para serem executados não cabendo ao professor (que aliás passa a ser mero instrutor) uma intervenção ativa. Escola sem partido é escola sem professor, escola de “instrutores”.

RTMA – Grandes grupos empresariais estão investindo em educação, criando faculdades, fundações ou consultorias, algumas delas atuando diretamente na gestão pública da educação básica, por exemplo, Falconi, Instituto Unibanco, Fundação Lemann etc. O ensino público corre risco de ser privatizado ou gerido por OS?

RLA: O ensino público já está sendo privatizado, infelizmente. No Pará de forma aguda e sem controle, por meio do Instituto Unibanco, na gestão e “assessoria” ao ensino médio estadual (Programa Jovens de Futuro); da Fundação Itaú, que assume o “assessoramento” ao ensino fundamental; por meio da Fundação Roberto Marinho com o Projeto Mundiar, que faz a educação de adultos com teleaulas em substituição à EJA, fazendo uso da unidocência; por meio do Instituto ABCD, que tem feito a formação continuada dos profissionais da educação; com a contratação de empresa para gerenciar 50 escolas de ensino médio; na substituição do SOME pelo Mundiar; com a contratação de cursinhos particulares para darem aulas preparatórias ao ENEM (estes, por sua vez, contratam professores do estado de forma precária); com a contratação de cursinho de Inglês com custo de R\$1.800,00/aluno, ou seja, a privatização está em curso e o que é pior, sem nenhuma discussão com a sociedade.

RTMA – Qual sua avaliação sobre as mudanças promovidas pelo atual governo no Ministério da Educação? A possibilidade de congelamento dos investimentos em saúde e educação por 20 anos, proposto pela PEC 241, pode representar exatamente o que? Será possível manter o ensino superior público e gratuito? Os programas de pesquisa e pós-graduação?

RLA: A PEC 241, agora PEC 55, congela não apenas os investimentos sociais por 20 anos, congela os direitos dos mais pobres por 20 anos, congela a possibilidade de ampliação dos direitos que asseguram a cidadania. Ela é a demonstração de que o Governo (golpista) do Temer não tem compromissos com a sociedade, mas com quem o elegeu, os grandes grupos empresariais (nacionais e internacionais) e midiáticos que promoveram e financiaram o golpe. É uma PEC que pune os trabalhadores e os mais pobres mas não mexe nos grandes lucros das grandes empresas e nas grandes fortunas. Por isso merece o nosso irrestrito apoio os movimentos de estudantes, em particular dos secundaristas, que por meio da ocupação de escolas, instituto e

universidades revelam seu descontentamento e a disposição para o enfrentamento. Parece que a sociedade começa a se manifestar e tomar ciência do caráter deste golpe, esperemos que a força popular tenha condições de barrar esse retrocesso. Apoiemos e continuemos na luta!

